

Como saber do que estamos a falar: a fotografia, a Análise de Domínio e a discussão sobre o contexto no âmbito da Organização do Conhecimento.

Ana Cristina de Albuquerque

Como citar: ALBUQUERQUE, A. C. Como saber do que estamos a falar: a fotografia, a Análise de Domínio e a discussão sobre o contexto no âmbito da Organização do Conhecimento.. *In* : MADIO. T. C. C.; MACHADO, B. H.; BIZELLO, M. L.(org.). **Desafios na identificação e organização de fotografia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 17-38. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-277-2.p17-38>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

COMO SABER DO QUE ESTAMOS A FALAR”¹: A FOTOGRAFIA, A ANÁLISE DE DOMÍNIO E A DISCUSSÃO SOBRE O CONTEXTO NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO.

*Ana Cristina de ALBUQUERQUE*²

INTRODUÇÃO

Em um dos subtítulos de seu livro, “O demônio da classificação: pensar/organizar”, Georges Vignaux (1999), indaga sobre a evidência de que sempre se nomeia. Desde a mais tenra idade até a experiência científica e tecnológica, dar nome às coisas faz parte da vida e do modo de comunicação das pessoas. A partir da nomeação, da linguagem, é possível evocar, de acordo com o autor, o abstrato e o concreto, mostrando que a linguagem tanto mostra o que existe como o que não é palpável. O autor dialoga com Platão e se detém em Aristóteles, para afirmar que nem sempre se sabe do que se fala, mas os discursos são imbuídos de matéria, forma e

¹ Vignaux (1999, p. 25).

² Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Londrina/PR.

<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-277-2.p17-38>

atos e estes se materializam. Desta forma: “O objecto, ou o que pensamos dele, faz parte da realidade, mas também é construído pela linguagem e produzido pela experiência.” (VIGNAUX, 1999, p. 20).

A partir dessa reflexão, o argumento do presente trabalho começa a se delinear no sentido de perceber as diferentes experiências que materializam os objetos e que fazem que estes sejam nomeados, o que será chamado de contexto. O objeto em questão são as fotografias e a proposta é pensá-las a partir da perspectiva metodológica da Análise de Domínio no âmbito da Organização do Conhecimento.

O objetivo da Organização do Conhecimento, é se dedicar, a partir de fundamentos científicos, sobre princípios teóricos-metodológicos, que possibilitam incursões quanto ao processo de sistematização da organização, representação e recuperação do conhecimento, através da elaboração e do estudo dos Sistemas de Organização do Conhecimento, que podem ser compreendidos por meio das listas de cabeçalhos de assunto, sistemas de classificação, tesouros, taxonomias e ontologias. Desta forma:

Esses sistemas armazenam, tratam e recuperam documentos criados e preservados pela humanidade para testemunhar seus atos e transmitir seus conhecimentos, garantindo sua conversão em informação capaz de gerar novo conhecimento. (MIRANDA, 2009, p. 5).

Assim se dá a organização do conhecimento que é gerado de maneira planejada ou não, mas que, quando institucionalizado a partir dos suportes informacionais, necessita de tratamento para que as informações contidas nos documentos possam ser recuperadas. A Organização do Conhecimento trabalha, justamente, com as representações e ordenamento conceitual do conhecimento.

Na OC, o conhecimento está histórica e epistemologicamente vinculado ao estudo das estruturas conceituais que, de acordo com Dahlberg (1993), é uma unidade do conhecimento, representado, entre outras formas, através das classificações.

Em estudos sobre as perspectivas teóricas referentes a OC, Hjørland (2008, 2016), explica que há dois modos de compreensão sobre esta que, por vezes, podem se inter-relacionar pelo sentido em que são analisados: o primeiro, no sentido geral, tem-se a “organização intelectual do conhecimento ou organização cognitiva”, que se caracteriza pela organização do conhecimento em teorias, conceitos e sistemas conceituais; e tem-se a “organização social do conhecimento”, que trata da organização social do trabalho, das disciplinas, instituições de pesquisa, ou seja, se centra nos sistemas sociais de Organização do Conhecimento, que fazem parte do todo e do cotidiano das relações (HJØRLAND, 2003).

O segundo modo de compreensão é o sentido restrito ou específico, onde a OC trata das atividades de descrição de documentos, indexação, classificação em diferentes tipos de “[...] instituições de memória” (HJØRLAND, 2008, p. 86), considerando o conhecimento registrado e materializado pelo documento.

Em um paralelo entre as duas formas de compreensão propostas pelo autor, pode-se perceber que, quanto à OC compreendida de forma mais ampla, o elemento documento decorre do desenvolvimento dos processos constituídos pelas interfaces sociais. Na definição mais restrita, essa interface se caracteriza pela ligação do documento aos processos constituídos na tradição da Ciência da Informação, que o considera como termo de forma abrangente, com reflexões desde Otlet (1934) e seu Tratado de Documentação, que amplia o sentido do conceito, até os estudos dos documentos digitais em suas diversas apresentações.

Um documento, e toda a documentação que é produzida sobre ele, tem caracterizações diversas, mas sempre materializam e contém os registros da capacidade humana de se documentar e de classificar, de deixar os rastros de suas ações fixadas de diferentes formas. Dodebei (2011), deixa esse fator claro quando explica a importância de se refletir sobre o documento como um agente social.

A fotografia enquanto documento que, como todos os documentos, carrega particularidades em sua constituição, preserva e narra as formas como foi elaborada a partir das relações que emergem dos sujeitos sociais,

ou, nas palavras de (HJØRLAND, 2008), das comunidades discursivas, em suas diferentes formas, se caracteriza como um meio de expressão, informação, comunicação e documento que, com sua complexidade, se fez essencial. A disseminação e consumo de imagens torna impossível a não observância da presença desta em todos os lugares, ilustrando, vendendo, influenciando e documentando o cotidiano com uma força que seus primeiros estudiosos talvez não imaginassem.

Seus usos e funções, tão discutidos por autores como Freund (2010), Fabris (1991), Leite (2001), Kossoy (2014), passam do público ao privado desde as fotografias publicitárias e documentais até as que remetem a emoção e particularidade, como álbuns, redes sociais, coleções particulares e testemunhas de acontecimentos históricos.

Por outro lado, tem-se a fotografia no âmbito da arte e a discussão, e consolidação, desta em museus e galerias. Assim, perpassa por ângulos como o sociológico, histórico, estético, semiológico, científico, informacional.

De forma didática e apontando os principais autores referentes em cada modalidade, Augustin Lacruz (2015), explica que as imagens fotográficas são objetos de estudo eminentemente interdisciplinares e demarca os diferentes marcos teóricos ou científicos que alocam diferentes estudos, como:

1. o marco historiográfico, caracterizado pela Escola dos Annales, História das Mentalidades e História do Tempo Presente, onde a fotografia pode ser percebida como documento histórico e fonte de informação;
2. o marco referente a história das técnicas fotográficas, onde a fotografia é localizada através de seu desenvolvimento tecnológico;
3. o marco filosófico que estuda as perspectivas ontológicas e epistemológicas da imagem, assim como sua complexidade verbal relacionada a ética;
4. o marco artístico que localiza a fotografia nas formas e significados visuais da arte;

5. o marco antropológico e da antropologia visual, que utiliza a fotografia como importante instrumento para a análise e registro da realidade humana e social, auxiliando nos trabalhos etnográficos;
6. o marco psicológico, que estuda as percepções visuais;
7. o marco semiótico e semiológico, que proporcionam estudos referentes ao signo, a comunicação visual e aos diferentes discursos que emergem da imagem fotográfica;
8. o marco sociológico, que possibilita estudos referentes a investigação de modos culturais e sociais e tem na fotografia uma ferramenta importante que demonstra as relações dali oriundas.
9. O marco educativo, que estuda as formas de alfabetização visual, transmissão de conteúdo, desenvolvimento de competências midiáticas e a comunicação através das experiências visuais.

Neste trabalho, as atenções serão voltadas ao marco sociológico e em face do exposto, o objetivo do estudo é discutir o tratamento da fotografia enquanto elemento constituído socialmente, com influências do ambiente e dos sujeitos que a produzem, seu contexto e de como este faz parte do estudo que deve ser realizado para que seu tratamento seja coerente com sua função e uso em uma unidade informacional.

Para tanto, a reflexão é tecida com base nos apontamentos de duas metodologias: 1) da Análise de Domínio proposta como uma abordagem por Hjørland e Albretchen (1995) e como percurso metodológico por Tennis (2012); 2) do quadro que determina as fases e operações documentais para análise de conteúdo de uma imagem, proposto por Augustín Lacruz (2015), que vai ao encontro das reflexões, no âmbito da OC, da determinação de conceitos para a análise de fotografias.

O estudo sobre o contexto e contexto de produção de documentos não é algo inédito. Em relação aos documentos de arquivo a discussão é necessária e se faz em muitos estudos, especificamente sobre fotografia se

tem Mariz e Cordeiro (2018), que fazem importante revisão sobre o que é um contexto e sua importância para a análise de fotografias de arquivo.

O presente estudo também traz a fotografia para as perspectivas sociais e discute suas características documentais. Este ensaio parte de trabalho anterior de Albuquerque (2017), quando utiliza a Análise de Domínio como aporte de proposta metodológica para indexação de fotografias.

Considera-se, que as discussões em torno de cada ponto que auxilie no tratamento e compreensão destes documentos seja relevante e contribua para a atenção de elementos que podem determinar e, principalmente, neste caso, amparar as definições sobre o que se fala quando uma ou um conjunto de fotografias são analisadas e disponibilizadas.

A FOTOGRAFIA NO MARCO SOCIOLÓGICO

Etimologicamente a palavra fotografia significa arte de escrever com a luz, foto = luz grafia = escrita. A tecnologia fotográfica vai além da escrita com a luz e permite o registro de acontecimentos que, captados pelo olho humano e o olho máquina, expõe uma realidade visual que, por vezes, poderia não ser percebida nem vista, se não fosse pelo registro.

A experiência do fotografar, além de registrar, constrói realidades e capta fragmentos do real. Igualmente, é construída por uma série de circunstâncias em que o fotógrafo coloca sua visão e conhecimento para compor a cena. Consciente ou não de seu papel, quem fotografa leva para a superfície bidimensional o arcabouço cultural, cognitivo, ideológico que o influencia. Como uma via de mão dupla, o receptor também irá desvelar sua interpretação a partir de sua cultura e crenças, portanto, vendo e sentindo a realidade como está registrada e como cada um a conhece.

Há muito, as discussões sobre o fator realidade na fotografia são feitas e refeitas sempre voltando ao ponto de que, as armadilhas do que é mostrado e o que não é, são imbuídas de relações intencionais e de poder. A contextualização, descontextualização e recontextualização da fotografia se desenvolve em um mecanismo que, quando da institucionalização destas, promove uma importante construção do sentido da imagem, que,

acredita-se, deve ser estudada conforme o contexto temporal, espacial e de uso que foi criada.

Autores que desvelam o papel da fotografia e de suas intencionalidades na esfera social são aliados para a compreensão de fatores externos junto a composição destes documentos.

Nos estudos sobre a fotografia no âmbito das práticas sociais situa-se o já clássico livro de Pierre Bourdieu, que em 1965 publica “Un art moyen”, uma obra coletiva que discute a identidade, álbuns fotográficos, estética, mas principalmente a fotografia como objeto de estudo da sociologia, o que demonstra a construção histórico social e a integração dos sujeitos no processo fotográfico. As incursões reflexivas ao longo do livro evidenciam principalmente a proposta teórica que o autor assume, ao lançar reflexões sobre as relações de dominação intrincadas nas esferas sociais.

Assim, Bourdieu (2003), explica que, ao qualificar a fotografia no âmbito dos estudos sociológicos, em um primeiro momento é preciso estabelecer como cada grupo social se organiza em suas práticas, quais são seus interesses e quais as funções que este grupo confere a si próprios com ressalva a não considerar somente o indivíduo, assim:

Solamente la decisión metodológica de estudiar primero a los grupos reales permitiría apreciar (o impedir que se olvidara) el hecho de que la significación y la función que se atribuye a la fotografía están directamente ligadas a la estructura del grupo, a su menor e mayor diferenciación y, sobre todo, a su posición en la estructura social. (BOURDIEU, 2003, p. 46).

Desta forma, o autor coloca que as relações estabelecidas entre o indivíduo e a fotografia, por exemplo, são reflexos das relações estabelecidas no seu meio, inseridos historicamente na sociedade moderna (BOURDIEU, 2003).

O autor dá especial atenção à atividade de fotografar e da relação das pessoas com essa atividade, e faz uma expressiva análise do papel da fotografia como elemento que agrupa consumo, identificação social e modo de expressão, reverberando de maneiras distintas entre as classes sociais.

Nos estudos sobre a fotografia e sua caracterização enquanto um documento, Tagg (2005), explica que a compreensão de uma conjuntura política e econômica capitalista e de um estado de vigilância imanente sobre os corpos e vidas de determinada classe social, no caso o autor trata do período oitocentista, faz com que seja percebido o processo técnico, cultural e histórico em que se insere o status de documento fotográfico.

Em um trabalho minucioso, o referido autor expõe seus argumentos acerca da política, da fotografia como elemento de identificação nos âmbitos policial e médico, do Estado documentar fatos de populações pobres e relaciona a forma e os códigos fotográficos com moduladores de determinado discurso complexo, que vai ter como consequência o controle e a vigilância (TAGG, 2005).

Explicando o argumento do livro e como a fotografia será tratada como prova e documento, o autor se remete Barthes quando emprega o termo “fuerza constativa” como um complexo resultado histórico, onde a fotografia se insere dentro de práticas institucionais e relações históricas concretas, sendo que, as concepções somente estéticas e fenomenológicas não terão lugar. Desta forma: “Es una historia que implica técnicas y procedimientos definidos, instituciones de poder -. Es a partir de este contexto más amplio que debemos analizar la historia de la evidencia fotográfica. O problema es histórico, no existencial.” (TAGG, 2005, p. 11).

Este problema histórico vem permeado de uma padronização técnica, que impõe posicionamento, enquadramento, iluminação, arquivamento, códigos, sob regência dos que detinham o poder, ou seja, o ato de representar, de mostrar, é exercido pelas classes e instituições dominantes. Isso implica em uma modelização das construções das classes menos abastadas.

Sometidos a una mirada escrutadora, forzados e emitir signos, pero apartados del control del significado, esos grupos eran representados e intencionadamente mostrados como incapaces de hablar, actuar u organizarse por sí mismos. [...]. Como estrategia de control, su éxito se ha exagerado em exceso; pero como estrategia de representación, sus argumentos y consecuencias permanecen en buena parte vigentes. (TAGG, 2005, p. 20).

O autor chama a atenção para a mudança no final do século XIX e para a crise econômica acentuada no início do século XX, onde a partir de democracias capitalistas mais desenvolvidas tem-se uma massificação e uma consolidação da fotografia como documento oficial, mas ainda uma representação modulada e dirigida pelas relações de poder.

Em Gisele Freund (2010), encontra-se um minucioso estudo sobre os antecedentes técnicos da fotografia e seu desenvolvimento ligados ao desenvolvimento e mudanças culturais e econômicas da burguesia francesa, pós-revolução, tanto no fato de popularizar o retrato quanto no caráter de comercialização.

As condições de mercantilização e as mudanças culturais dentro de uma sociedade capitalista, são analisadas levando ao direcionamento de que, as facilidades de manipulação e execução da fotografia na época e a grande procura, levou a uma fundamentação estética da imagem fotográfica, moldada pelas necessidades sociais.

Por intermédio destes autores, a fotografia é composta não só pelos fatores técnicos, mas estes fatores são moldados pelo ambiente e pelos atores sociais. Cada época e cada intencionalidade, coletivo e particularidade, são determinantes para que a fotografia se constitua e absorva os contrapontos que fazem parte da dinâmica social vigente.

SOBRE ANÁLISE DE DOMÍNIO E A CONDIÇÃO DO CONTEXTO

A análise de domínio é apresentada por Hjørland e Albretchsen (1995) como um modelo teórico e metodológico que defende o estudo dos domínios do conhecimento ou de comunidade discursivas (*discourse communities*) como a melhor forma de compreender os processos informacionais no campo da Ciência da Informação.

Comunidades discursivas são segmentos sociais ou grupos de trabalho que desenvolvem processos de organização do conhecimento, concebem linguagem própria, padrões e sistemas de comunicação que refletem seus critérios de relevância no exercício dos seus papéis sociais (HJØRLAND; ALBRETCHSEN, 1995).

De acordo com os autores a análise de domínio é primeiramente uma abordagem inscrita nas Ciências Sociais, e, por conseguinte insere a Ciência da Informação nesse campo proporcionando em sua análise o uso de uma psicologia social, da sociolinguística, da sociologia do conhecimento e de uma sociologia da ciência.

É funcionalista porque tem a finalidade de compreender as funções implícitas e explícitas da informação e da comunicação. Por último a abordagem é filosófico realista, pois não se limita ao entendimento de percepções subjetivas, individualistas, estendendo seu interesse à realidade exterior (HJØRLAND; ALBRETCHSEN, 1995).

Os referidos autores afirmam que a análise de domínio não se trata de uma abordagem nova, pois, reconhecem a sua concepção latente em estudos contemporâneos da área, a exemplo da influência de Jesse Shera, na sua defesa por uma Ciência da Informação aberta à leitura da interação entre conhecimento e atividade social. Com incursões acerca de Henry E. Bliss e Ranganathan, demonstram que a limitação de assunto em um sistema de classificação bibliográfica ou a análise de assuntos ou domínios no processo de definição de facetas, já propõe aspectos considerados na abordagem.

De acordo com Hjørland e Albretchsen (1995) a análise de domínio pode ser sintetizada pelos seguintes princípios:

1. O homem vive e age num mundo bio-físico, sociocultural envolto de subjetividade;
2. Viver e agir nessas esferas: biofísica, sociocultural e da subjetividade constitui *a priori* o conhecimento humano;
3. Quando o conhecimento se torna parte de um sistema de atuação, esse funciona como uma ação interna;
4. Há uma interação contínua entre conhecimento e ação desde a criação do conhecimento até o final da ação. Da mesma maneira que as experiências podem influenciar outras ações posteriores;
5. Existem três tipos de conhecimento: conhecimento de valor, conhecimento factual e conhecimento procedimental, a esses estão relacionados três tipos de fatores determinantes da ação. O conhecimento de valor é saber quais os critérios

que constituem os bons valores. O conhecimento factual é possuir crenças verdadeiras sobre os três mundos em que se está vivendo. O procedimental se trata do conhecimento de como realizar um ato específico ou um ato sequencial.

6. O conhecimento pode ser desarticulado ou articulado. O desarticulado representa o conhecimento tácito, a familiaridade por algo e o conhecimento pelo conhecimento. Ao conhecimento articulado pertence à linguagem, arte e a ciência.

Diante dos princípios citados, pode-se afirmar que a análise de domínio situa os estudos em informação no âmbito das relações sociais, e na tarefa de compreender o sujeito no complexo de suas interações com o mundo. A abordagem lança olhar para a ação, a comunicação e as estruturas informacionais, dessa forma faz o profissional voltar-se para o cotidiano onde estão os significados, antes do domínio das técnicas e dos padrões.

A análise de domínio admite que a partir dos sujeitos o conhecimento se reveste de uma dimensão ética, contextual e um modo de agir na prática. E que esse mesmo conhecimento pode ser formal, assim como uma tradição que perdura pelo tempo ou a arte que são igualmente construtoras de conhecimento.

Para Hjørland (2002), as comunidades discursivas, ou domínios de conhecimento, não podem ser encarados de forma similar, e devem se desenvolver habilidades que reconheçam as diferenças relacionadas a tais domínios integrantes da sociedade.

Swales (1990), discorre em relação a esses grupos e propõe alguns aspectos que auxiliam no reconhecimento de uma comunidade discursiva:

1. objetivos comuns: uma comunidade discursiva tem um conjunto combinado de metas compartilhadas, podendo se apresentar em documentos ou em conhecimento tácito;
2. mecanismos participativos: uma comunidade discursiva tem formas de intercomunicação entre os membros, seja por encontros, correspondência, newsletter ou simples conversas;

3. troca de informação: a comunidade discursiva usa mecanismos para prover informação com propósitos definidos como, por exemplo, melhorar *performance*, fazer dinheiro, aumentar a capacidade produtiva;
4. estilos específicos: uma comunidade discursiva usa e possui um ou mais estilos de comunicação para atingir seus objetivos, identificados por seus tópicos de discussão, forma, posição de elementos e mensagens;
5. terminologia especializada: uma comunidade discursiva tem um vocabulário específico;
6. alto nível de especialização: uma comunidade discursiva tem um mínimo de membros com um nível adequado de conteúdo relevante e expertise discursiva.

É interessante perceber que todo o tempo em que os autores supracitados definem a análise de domínio, também se referem ao contexto do que pode ser analisado. De acordo com Dias (2015, p. 8),

A análise de domínio pode ser considerada um processo para identificar os objetos existentes em um determinado domínio, entender o contexto de tal forma que seja possível representar e organizar o conhecimento e torná-lo pronto para ser utilizado.

A análise das comunidades de discurso e de seu contexto, são essenciais para que os propósitos da análise de domínio possam ser executados, levando-se em consideração que se ligam totalmente á perspectivas das Ciências Humanas e Sociais, podendo assim, compreender os aspectos sociológicos e antropológicos de tal domínio para que seja executada.

De acordo com Abbagnano (1998, p. 199), contexto são: “[...] os elementos que condicionam, de um modo qualquer, o significado de um enunciado.”. Um contexto pode aparecer como entidades que se apresentam com as mesmas características ou ligadas pela mesma relação. O autor exemplifica, a partir de uma situação literária, onde palavras, fatos, acontecimentos, ideias, ocorrem em determinado lugar, determinando também a ação de um indivíduo dentro de uma situação e que pode

ocorrer repetidamente. “Em todo caso, é o conjunto linguístico de que o enunciado faz parte e que condiciona seu significado (de modos e em graus que podem ser muito diferentes).” (ABBAGNANO, 1998, p. 200). O contexto se atém ao conteúdo manifestado por grupos sociais, onde os elementos são isolados e liga o sentido das ações à frequência.

O contexto na análise de domínio se faz relevante no sentido em que um certo fenômeno pode ter uma interpretação que, em um outro tempo ou espaço histórico transmitiria um conjunto diferente de alusões.

Em uma discussão sobre a linguagem, Alencar e Ferreira (2012), propõe uma discussão *ad infinitum* sobre o conceito de contexto. As autoras argumentam que os sujeitos, historicamente localizados e ao mesmo tempo singularizados interagem linguística e socialmente e que a teorização do contexto deve dar lugar também à sua desconstrução, que ajudaria no entendimento das dinâmicas dos indivíduos.

Considerando, portanto o conjunto de fatores para a análise de domínio, Hjørland (2002) explica que ela pode fornecer um método de treinar profissionais especialistas em informação, por esse motivo apresenta onze contribuições da análise de domínio a serem aplicadas em diferentes áreas da Ciência da Informação que não pretendem ser exaustivas nem mutuamente exclusivas, e sim demonstrar o estado da arte:

1. Guias de literatura e portais especializados a função desses instrumentos são de organizar listagens de fontes de informação dos domínios de conhecimento, podem mostrar os pontos fortes ou fracos das obras, a complementaridade entre os temas, e apoiar a gestão pelo usuário da literatura especializada;
2. Classificações especiais e *thesaurus* são vocabulários específicos de um domínio, organizados de acordo com relações semânticas, relações de sinonímia, razão pela qual as metodologias para a construção devem ser fundamentalmente relacionadas;
3. Especialidades da indexação e recuperação com objetivo de organizar documentos únicos ou coleções para melhorar a recuperação e a visibilidade de aspectos epistemológicos potenciais;

4. Estudo empírico de usuários busca conhecer o comportamento de busca, as preferências, as estratégias cognitivas dos utilizadores da informação em contextos específicos;
5. Estudos bibliométricos são as métricas da produção de conhecimento que indicam as conexões entre os documentos individuais, entre os pesquisadores, entre os assuntos e até as relações de abrangência geográfica;
6. Estudos históricos contribuem para as investigações acerca das origens, fundamentações, epistemologia e documentos dos domínios de conhecimento;
7. Documentos e estudos de gêneros abordam as diferentes disciplinas ou comunidades discursivas desenvolvem tipos especiais de documentos a exemplo de adaptações às suas necessidades específicas que podem ser pesquisados;
8. Estudos críticos e epistemológicos, tal conhecimento proporciona a distinção entre os paradigmas, abordagens, técnicas e metodologias dos domínios;
9. Estudos terminológicos, de linguagem e de discurso para visualização de problemas sobre a eficiência da linguagem controlada e/ou natural, das relações semânticas, de pontos críticos para recuperação da informação;
10. Estudos de instituições e estruturas das comunidades científicas de modo a conhecer os indivíduos e as especificidades concernentes ao domínio;
11. Cognição profissional e inteligência artificial fornecem modelos mentais de um domínio ou métodos para organizar o conhecimento na concepção de sistemas peritos.

Desta forma, considerando o domínio e o contexto em que se insere, a análise de domínio, no âmbito da Organização do Conhecimento, pode gerar a tendência de discutir a informação sob o viés sociológico, abrindo-se a possibilidades que vão além das orientações e abordagens teóricas.

Igualmente o olhar social da informação direcionado especificamente para a fotografia, demonstra ser um campo valioso para reflexões epistemológicas

cada vez mais interessadas em encontrar fundamentos filosóficos que fortaleçam os processos da Organização do Conhecimento.

DO QUE ESTAMOS A FALAR? OS MÉTODOS E A PROCURA DA ELUCIDAÇÃO

A partir da abordagem apresentada por Tennis (2012), sobre o processo metodológico da análise de domínio e da discussão acerca das imagens fotográficas nos sistemas de informação proposta por Augustín Lacruz (2015), é possível pensar em algumas noções, com atenção aos processos de Organização do Conhecimento e a análise de fotografias de forma geral.

Abaixo tem-se um quadro ilustrativo que expõe as concepções de Tennis (2012). A análise se dará no segundo nível, ou seja, escopo e alcance:

Quadro 1: Elementos que fazem parte do gênero da Análise de Domínio.

Baseado em Tennis (2012).

Elementos no gênero	O que deve ser contemplado
Definições	- o que é um domínio? - qual sua forma de análise? - qual o seu verdadeiro domínio?
Escopo e alcance	- <i>extensão</i> e a <i>intensão</i> do domínio - <i>níveis de especialização</i> - <i>áreas de modulação</i> : nome, extensão e exclusões
Propósito	- Descritiva - Instrumental

Fonte: Albuquerque (2017, p. 27).

O modelo metodológico para elaboração de uma análise de domínio proposto por Tennis (2012), coloca que devem estar claros os elementos: *definição, escopo e alcance e propósito* (TENNIS, 2012).

Quanto ao *escopo e alcance*, objeto da presente análise, Tennis (2012) coloca que a *extensão* e a *intensão* do domínio são dois pontos que devem ser esclarecidos, pois vão determinar o conhecimento da estrutura de um domínio juntamente com os *níveis de especialização* (TENNIS, 2012). Determinar a extensão é perceber até onde esse domínio deverá avançar considerando as devidas exclusões.

Tennis (2012) fala em resumo das áreas de modulação: nome, extensão e exclusões como o primeiro eixo que se deve enfatizar para que o escopo e alcance sejam conquistados (TENNIS, 2012). O autor dá o exemplo do conceito (ou rótulo, como prefere chamar) “Religião”, onde deve ficar explícito o que será considerado ou não em sua análise que inclui uma extensão e exclusão.

Referente ao nível de especialização, Tennis (2012) indica que é um fator que deve ser levado em conta pois:

[...] quanto mais de perto se analisa um problema, mais complexo ele se torna, ou seja, quanto mais observarmos um domínio sem restrições quanto ao olhar *especializado* que adotarmos, podemos construir um critério arbitrário, ou pelo menos *post hoc*, par se parar. (TENNIS, 2012, p. 8, grifo nosso).

Entende-se, neste ponto, o caráter cuidadoso em propiciar a uma Análise de Domínio todos os elementos que garantam que não restem dúvidas em relação ao conjunto de assunto e o contexto do objeto em análise.

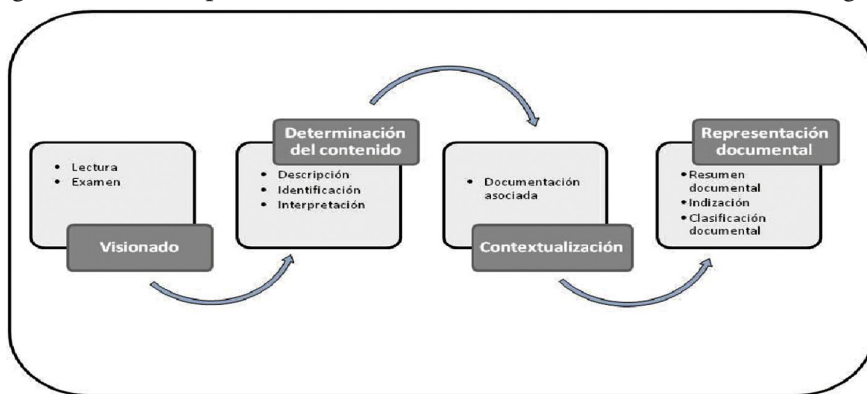
Seguindo os marcos em que se enquadram os estudos sobre a fotografia, conforme descritos acima, Augustín Lacruz (2015), propõe, fixada na leitura das imagens fotográficas, um processo referente às imagens em um sistema de informação que, compreende-se neste trabalho, pode ser combinado ao processo metodológico da análise de domínio para melhor definir a fase contextual, fornecendo subsídios para a definição de conceitos.

A autora discorre sobre o valor e a riqueza informativa das imagens e sobre o papel essencial dos profissionais em unidades de informação, que têm a responsabilidade de tratar os registros fotográficos conservando seu

significado e mensagem para recuperação das informações pelos usuários (AUGUSTÍN LACRUZ, 2015).

Na figura a seguir, a autora aponta os processos realizados nos sistemas de informação para que a análise documental de fotografias possa ser realizada:

Figura 1: Fases e operações documentais da análise de conteúdo da imagem



Fonte: Agustín Lacruz (2015, p. 61).

São elencadas quatro fases que, de acordo com a autora, podem parecer separadas, mas se retroalimentam, pois não podem funcionar de formas separadas.

Quanto a primeira fase, *visionado* ou uma primeira visualização, estão a leitura e o exame da fotografia que são realizadas pelos profissionais e se dedicam a compreensão dos signos visuais e a mensagem que a imagem passa.

A segunda fase, determinação do conteúdo, é composta pela descrição, identificação e interpretação e versam sobre a análise do registro. Essa fase faz parte da investigação estrita da imagem.

Na terceira fase, está a contextualização, com a documentação associada, parte específica da análise aqui proposta, é determinada por Agustín Lacruz (2015, p. 61), como: “[...] marco o ámbito de la lectura propiamente dicha y conciernen de forma especial al lector o receptor de la imagen.”.

A quarta fase, representação documental, composta por resumo documental, indexação e classificação documental é a fase em que os produtos são originados mediante todo o processo realizado.

Em relação a terceira fase, a autora explica que pertence, de forma especial, ao leitor e ao receptor da imagem e indica a documentação que está associada à fotografia. No entanto, compreende-se que, no âmbito da análise de domínio e considerando-se as fotografias no marco sociológico, o contexto seja uma fase de pesquisa que compete ao profissional, que vai, de acordo com as possibilidades e atribuições das diferentes unidades informacionais, determinar os fatores que marcam a produção daquela imagem.

Se tem acordo com Augustín Lacruz (2015), quando esta menciona que o processo é integrado. Não se pode visualizar de forma separada, mas o que chama a atenção é a segunda fase, que complementa de forma muito especial a fase de contextualização.

A definição do conteúdo da fotografia é importante para também definir a contextualização e avançar no processo de identificação.

Assim, a proposta analítica se resume em:

Quadro 2: Proposta analítica baseada em Tennis (2012) e Augustín Lacruz (2015).

Análise de Domínio	Escopo e alcance - extensão e a intensão do domínio - níveis de especialização - áreas de modulação: nome, extensão e exclusões
Análise de fotografias	Determinação do Conteúdo - Descrição - Identificação - Interpretação Contextualização - Documentação associada

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir das considerações feitas para definir o escopo e o alcance de uma Análise de Domínio, considera-se que também é possível obter contribuições referentes a determinação do contexto, com maior ênfase, em relação à fotografias analisadas.

O primeiro ponto a ser observado é referente à extensão que pode ser pensado a partir também da determinação do conteúdo da imagem.

Quanto ao nível de especialização, é necessário observar o que especificamente é interessante à instituição e aos usuários e no processo de análise das fotografias, a descrição é importante para a definição do que exatamente será mencionado nos produtos documentais.

Quanto às áreas de modulação, também há ressonância principalmente quando se infere que pode contemplar tanto a parte física como intelectual da fotografia, permitindo assim que o profissional possa ter um arcabouço de escolhas que mais condigam com o que deve representar e, justamente por conta deste arcabouço, também é possível fazer as devidas exclusões privilegiando também o contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fotografia, a análise de domínio e o contexto, aliados a métodos de análise de imagens podem fornecer elementos que vão ao encontro da importância da sua contextualização para promover uma coerência com o tratamento e recuperação das informações dispostas.

O contexto cumpre uma função efetiva neste tipo de análise pois, para que haja um processo que considere os fatores sociais das fotografias, o contexto deve estar explicitado de forma a dar subsídios ao profissional.

Assim, a pesquisa em relação ao marco sociológico das fotografias, que as considera elementos produzidos por sujeitos históricos e no meio da historicidade da dinâmica social, podem contribuir para determinar as características destas enquanto documentos, institucionalizadas e direcionadas a um público específico.

O retorno a autores que dão o suporte para compreender os processos imbricados na formação e formalização dos documentos é essencial para uma visão direcionada aos fatores constitutivos da imagem.

Seguindo Hjørland (2004), se a proposta é construir um catálogo e guia de fontes sobre arte, o estudo epistemológico das comunidades discursivas e dos atores que a compõe e das instituições teria de ser um pré-requisito para que este instrumento fique claro e baseado em princípios sólidos.

Neste ponto, a Análise de Domínio, combinada a pesquisa e a outros métodos de análise pode auxiliar na percepção e definição do contexto no processo de análise da fotografia e proporcionar maior segurança aos profissionais que ainda indagam do que estão a falar, quando do tratamento de um documento fotográfico.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicolau. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- AGUSTÍN LACRUZ, Maria. del Carmen. Leitura de imagens fotográficas orientadas para a representação documental. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 55-88, jan. 2015. DOI: 10.5007/1518-2924.2015v20nesp1p55. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2015v20nesp1p55>. Acesso em: 3 mar. 2021.
- ALBUQUERQUE, Ana Cristina. A perspectiva da Análise de Domínio como aporte à análise de documentos fotográficos: algumas considerações. *In*: ALBUQUERQUE, Ana Cristina; SIMINONATO, Ana Carolina. **Recursos Audiovisuais**: sua contemporaneidade na Organização e Representação da Informação e do Conhecimento. Rio de Janeiro: Interciência, 2017.
- ALENCAR, Claudiana Nogueira de; FERREIRA, Dina Maria Martins. CONTEXTO: CONSIDERANDO AD INFINITUM. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, DF, v. 13, n. 1, p. 187–202, 2012. DOI: 10.26512/les.v13i1.11613. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/11613>. Acesso em: 4 abr. 2021.
- BOURDIEU, Pierre. **Un Arte Medio**: ensayo sobre los usos sociales de la fotografía. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2003.

- DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge organization: its scope and possibilities. **Knowledge Organization**, v. 20, n. 4, p. 211-222, 1993.
- DIAS, Célia da Consolação. A análise de domínio, as comunidades discursivas, a garantia de literatura e outras garantias. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 25, n. 2, p. 17, 15 ago. 2015.
- DODEBEI, Vera Doyle. Memória e patrimônio: perspectiva de acumulação/dissolução no ciberespaço. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, n. 10, p. 36-50, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/aurora/article/view/4614/3473>. Acesso em: 5 fev. 2020.
- FABRIS, Annateresa (org.) **Fotografia: usos e funções no século XIX**. São Paulo: Edusp, 1991.
- FREUND, Gisele. **Fotografia e sociedade**. Lisboa: Nova Veja, 2010.
- HJORLAND, Birger. What is knowledge organization (KO)? **Knowledge Organization**, v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008. ISKO. **International Society for Knowledge Organization**. ISKO's mission. Disponível em: <http://www.isko.org/about.html>. Acesso em: 25 abr. 2020.
- HJORLAND, Birger; ALBRECHTSEN, Hanne. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 46, n. 6, p. 400-425, 1995.
- HJORLAND, Birger. Concept in Knowledge organization. *In*: HJORLAND, Birger. **Lifeboat for knowledge organization**. 2008. Disponível em: http://www.iva.dk/bh/lifeboat_ko/CONCEPTS/concept_in_knowledge_organizatio.htm. Acesso em: 29 out. 2020.
- HJORLAND, Birger. Domain analysis in information science: eleven approaches: traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 4, p. 422- 462, 2002.
- HJORLAND, Birger. Knowledge Organization (KO). **Knowledge Organization**, v. 43, n. 6, p. 474-484, 2016.
- HJORLAND, Birger. Fundamentals of knowledge organization. **Knowledge Organization**, v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003.
- KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 5.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.
- LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de Família: leitura da fotografia histórica**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- MARIZ, Anna Carla Almeida; CORDEIRO, Rosa Inês de Novais. A importância do contexto para as fotografias de arquivos: uma análise de literatura. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103030>. Acesso em: 18 abr. 2020.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em religião na CDD. **Revista África e Africanidades**, [S. l.], ano I, n. 4, fev. 2009. Disponível em: http://www.africaeafrikanidades.com.br/documentos/A_organizacao_do_etnoconhecimento.pdf. Acesso em: 22 jan. 2021.

OTLET, Paul. **Traité de documentation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelles: Mundaneum, 1934.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart.; MARTINS, Bruno Guimarães; ANTUNES, Elton. Linguagem, sentido e contexto: considerações sobre comunicação e história. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. ID27047, 1 ago. 2017.

SWALES, John M. The concept of discourse community. *In*: SWALES, John M. **Genre analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 21-32.

TAGG, John. **El peso de la representación: ensayos sobre fotografías e historias**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2005.

TENNIS, Joseph. T. Com o que uma análise de domínio se parece no tocante a sua forma, função e gênero?. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, Marília, v. 6, n. 1, 2013. DOI: 10.36311/1981-1640.2012.v6n1.02.p3. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/3026>. Acesso em: 18 abr. 2020.

VIGNAUX, Georges. **O demônio da classificação**: pensar/organizar. São Paulo: Instituto Piaget, 1999.